



EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

URGENTE: RISCO À VIDA E SAÚDE PÚBLICA POR FALTA DE VACINA CONTRA A COVID-19.

REDE SUSTENTABILIDADE, partido político com representação no Congresso Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.981.188/0001-07, com sede na SDS, Bl. A, CONIC, Ed. Boulevard Center, Salas 107/109, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70391-900, contato@redesustentabilidade.org.br, vem, por seus advogados abaixo-assinados, com fundamento no disposto no art. 102, § 1º, da Constituição Federal, e nos preceitos da Lei nº 9.882, de 1999, propor

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
(com pedido de medida liminar)**

em face de ato do Presidente da República que desautorizou a assinatura do Ministério da Saúde no protocolo de intenção de aquisição da vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac Biotech em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, em clara violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal, sobretudo ao direito à vida e saúde do Povo, da não discriminação, bem como do dever de impessoalidade, moralidade e eficiência da administração pública e do interesse público.



I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

1. O Ministério da Saúde, por meio de rede social¹, informou no final do dia de ontem que o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuelo, havia assinado um protocolo de intenções para adquirir 46 milhões de doses da Vacina Butantan - Sinovac/Covid-19, em desenvolvimento pelo Instituto Butantan. O que foi amplamente noticiado em mídia nacional e até mesmo pelo Governo Federal (TV Brasil).²
2. Tratar-se-ia de um primeiro passo para a aquisição das vacinas, da mesma forma como ocorreu com as vacinas produzidas pela AstraZeneca (8 de setembro) e Covax (25 de setembro). Somadas as três vacinas (AstraZeneca, Covax e Butantan-Sinovac), o Brasil teria 186 milhões de doses a serem disponibilizadas ainda no primeiro semestre de 2021, já a partir de janeiro, conforme informações do próprio Ministério da Saúde. Ou seja, praticamente 25% da quantidade de vacinas para o primeiro semestre seriam deste novo protocolo de intenções (com a empresa chinesa). O que seria suficiente para imunizar aproximadamente 88% da população brasileira.
3. A sequência de postagens foi a seguinte:

¹ Disponível em: <<https://twitter.com/minsaude/status/1318650988174086144>>; <<https://twitter.com/minsaude/status/1318652667028189187>>; <<https://twitter.com/minsaude/status/1318653741382381570>>; <<https://twitter.com/minsaude/status/1318653738589048835>>. Acesso em: 21/10/2020

² Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/10/governo-pretende-comprar-46-milhoes-de-doses-da-coronavac>>; <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/20/governo-federal-anuncia-que-vai-comprar-46-milhoes-de-doses-da-vacina-chinesa-em-parceria-com-o-butantan.ghtml>>; <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/20/governo-federal-pretende-comprar-46-milhoes-de-doses-da-vacina-da-sinovac.ghtml>>; <<https://www.tecmundo.com.br/ciencia/205548-governo-anuncia-compra-46-milhoes-doses-vacina-coronavac.htm>>; <<https://www.poder360.com.br/governo/oficio-de-pazuella-confirma-intencao-de-comprar-coronavac-e-contrata-governo/>>. Acesso em: 21/10/2020.

← Sequência



Ministério da Saúde @minsaude - 16 h

Reforço contra a #Covid19. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, anunciou hoje (20) a assinatura de protocolo de intenções para adquirir 46 milhões de doses da Vacina Butantan - Sinovac/Covid-19, em desenvolvimento pelo @butantanoficial #VacinaBrasil



Brasil negocia com Butantan aquisição de 46 milhões de doses de vacina
www.gov.br

2,5 mil

917

1,4 mil



Ministério da Saúde @minsaude - 16 h

O @minsaude pretende reforçar a estratégia de proteção contra a #COVID19. Somadas as três vacinas (AstraZeneca, Covax e Butantan-Sinovac), o Brasil terá 186 milhões de doses a serem disponibilizadas ainda no primeiro semestre de 2021, já a partir de janeiro.

270

111

253



Ministério da Saúde @minsaude - 16 h

Em videoconferência com os 27 governadores, o ministro Pazuello ressaltou que as doses das vacinas contra a #Covid19 serão distribuídas a todo o Brasil por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que há décadas garante o sucesso das campanhas nacionais de vacinação.

88

68

211



Ministério da Saúde @minsaude

Em resposta a @minsaude

"Temos a expertise de todos os processos que envolvem esta logística, conquistada ao longo de 47 anos de Programa Nacional de Imunizações. As vacinas contra a #COVID19 vão chegar aos brasileiros de todos os estados", garantiu o ministro Pazuello.

5:42 PM - 20 de out de 2020 - Twitter Web App

38 Retweets

7 Tweets de comentário

184 Curtidas



4. As postagens em rede social compartilhavam uma notícia divulgada mais cedo pela EBC com o seguinte teor³:

Ministério da Saúde pretende reforçar estratégia de imunização – que já conta com 140 milhões de doses da AstraZeneca e Covax Facility; vacinação deve começar em janeiro

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, anunciou, nesta terça-feira (20), em reunião com os 27 governadores dos estados e Distrito Federal, que assinou protocolo de intenções para adquirir 46 milhões de doses da Vacina Butantan - Sinovac/Covid-19, em desenvolvimento pelo Instituto Butantan. A ação é mais um passo na estratégia de ampla oferta de vacinação aos brasileiros. Somadas, as três iniciativas – AstraZeneca, Covax e Butantan-Sinovac - representam 186 milhões de doses, a serem disponibilizadas ainda no primeiro semestre de 2021, já a partir de janeiro.

Segundo Pazuello, as doses serão distribuídas a todo o Brasil por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), que há décadas garante o sucesso das campanhas nacionais de vacinação. “Temos a expertise de todos os processos que envolvem esta logística, conquistada ao longo de 47 anos de PNI. As vacinas vão chegar aos brasileiros de todos os estados”, garantiu.

Além destas doses, a partir de abril, a Fiocruz deve começar a produção própria da AstraZeneca e disponibilizar ao país até 165 milhões de doses durante o segundo semestre de 2021. “Nossa estratégia prioriza a transferência de tecnologia – o que nos permitirá produzir as vacinas no Brasil”, destacou o ministro na reunião com os gestores estaduais.

Como a Butantan-Sinovac e a AstraZeneca estão em etapas avançadas de produção – ambas em fase III, quando são testadas em milhares pessoas – a previsão é de que a vacinação comece em janeiro de 2021. Para isso, no entanto, é importante ressaltar que elas devem ser liberadas pela Anvisa e ter

³ Disponível em <
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-negocia-aquisicao-de-46-milhoes-de-doses-contr-a-covid-19-com-instituto-butantan>>. Acesso em 21/10/2020, 10h30.



eficácia e segurança garantidas - conforme preconiza o Ministério da Saúde. Primeiramente, profissionais de saúde e grupos de risco receberão as vacinas.

Imunidade coletiva

De acordo com a Opas, a vacinação de cerca de metade da população pode ser suficiente para o atingimento da imunidade coletiva, ou seja, para reduzir a um nível seguro a circulação do vírus da Covid-19 no Brasil. Desta forma, o Governo Federal oferecerá a vacinação de forma segura, mas não recomendará sua obrigatoriedade aos gestores locais - respeitando o direito individual de cada brasileiro.

Vacina Butantan-Sinovac/Covid-19

Além das vacinas já adquiridas previamente (AtraZeneca e Covax), o Governo Federal assinou protocolo de intenções para a compra de 46 milhões de doses da Butantan-Sinovac, após negociações com o Instituto Butantan. Para tanto, será editada uma nova Medida Provisória para disponibilizar crédito orçamentário de R\$ 2,6 bilhão. O Ministério da Saúde já havia anunciado, também, o investimento de R\$80 milhões para ampliação da estrutura do Butantan – o que auxiliará na produção da vacina.

O processo de aquisição terá continuidade após aprovação e registro do imunobiológico junto à Anvisa - conforme prevê o artigo 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976. No documento enviado ao Instituto Butantan, o ministro Pazuello também solicitou todos os documentos comprobatórios dos ensaios clínicos já realizados e daqueles em andamento referentes à Vacina Butantan-Sinovac.

O Ministério da Saúde ainda acompanha mais de 200 estudos referentes à produção das vacinas contra a Covid-19 e não descarta novas aquisições, caso seja avaliado que há esta necessidade. A prioridade da pasta é entregar à população brasileira, no menor tempo possível, uma solução segura e eficaz para a doença e não poupará esforços para tanto.

5. Entretanto, a boa notícia não durou muito tempo. Logo após, o Presidente Jair Bolsonaro já afirmou por suas redes sociais que não seriam adquiridas vacinas chinesas, demonstrando os reais “fundamentos” para tal decisão⁴:



6. Ou seja, o Presidente Jair Bolsonaro pretende privar a população brasileira de uma possibilidade de prevenção da covid-19 por puro preconceito ideológico ou, até pior, por motivações estritamente políticas.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/10/21/nao-sera-comprada-diz-bolsonaro-nas-redes-sobre-coronavac> e <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/10/21/nao-compraremos-a-vacina-da-china-diz-bolsonaro-e-m-rede-social.ghtml>. Acesso em 21/10/2020, 15h06.

7. Hoje, dia seguinte aos anúncios, o Presidente Jair Bolsonaro voltou às redes sociais, desta vez com uma versão “mais técnica” para a negativa, embora com argumentos que também não se sustentam⁵:



The image shows two tweets from the verified account of Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro). The top tweet, posted 4 hours ago, is titled "A VACINA CHINESA DE JOÃO DORIA" and contains two bullet points: "- Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA." and "- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM. (continua)." It has 43,8 mil replies, 37,3 mil retweets, and 51,9 mil likes. The bottom tweet is a reply to the top one, stating: "- Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem." and "- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina." It was posted at 10:39 AM on October 21, 2020, via Twitter for iPhone, and has 5,2 mil retweets, 4,7 mil replies, and 35,4 mil likes.

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro · 4 h
A VACINA CHINESA DE JOÃO DORIA

- Para o meu Governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA.
- O povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM. (continua).

43,8 mil 37,3 mil 51,9 mil

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro
Em resposta a @jairbolsonaro

- Não se justifica um bilionário aporte financeiro num medicamento que sequer ultrapassou sua fase de testagem.
- Diante do exposto, minha decisão é a de não adquirir a referida vacina.

10:39 AM · 21 de out de 2020 · Twitter for iPhone

5,2 mil Retweets 4,7 mil Tweets de comentário 35,4 mil Curtidas

8. Ora, quer dizer que agora, depois de determinar a produção em massa de comprimidos de hidroxicloroquina para o combate à covid-19, o Presidente da República está preocupado

⁵ Disponível em < <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1318909886080614411> >. Acesso em 21.10.2020. 14h58.

com a melhor aplicação de recursos públicos com base em critérios científicos? Parece não haver exatamente uma linearidade no discurso.

9. Da mesma forma, qual o sentido de se assinar intenções de compra de vacinas da AstraZeneca e da Covax - para as quais, inclusive, já houve o desembolso de recursos públicos - e impedir a aquisição de uma terceira vacina, que está no estágio mais adiantado nos testes⁶? E, pasmem, que se trata, conforme reportagem da EBC⁷, dentre todas as as vacinas que estão em desenvolvimento e que estão sendo testadas contra o novo coronavírus, daquela que se mostrou mais segura? Não parece haver critério científico algum capaz de justificar o proceder do Sr. Presidente da República.

10. Chegou-se ao absurdo de se excluir as postagens do Ministério da Saúde em rede social e a notícia do site da EBC, que, agora, trazem o seguinte:



⁶

Disponível

em:

<<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/veja-em-que-estagio-esta-cada-vacina-testada-para-covid-19-no-mundo-0920>>. Acesso em 21.10.2020.

⁷ Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/coronavac-e-vacina-em-teste-mais-segura-contra-covid-19>>. Acesso em 21.10.2020.



www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasil-negocia-aquisicao-de-46-milhoes-de-doses-contr-a-covid-19-com-instituto-butantan

judicialização - Go...

gov.br Governo Federal

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade Entrar

Ministério da Saúde

Buscar no Site



Assuntos > Agência Saúde

Desculpe, mas esta página não existe...

Pedimos desculpas pelo inconveniente, mas a página que você estava tentando acessar não existe neste endereço. Você pode usar os links abaixo para encontrar o que está procurando.

Se você está certo que o endereço informado está correto mas está encontrando um erro, por favor contate a [Administração do Site](#).

Obrigado.

11. Importante ressaltar que o Brasil já registra mais de 155 mil óbitos na data de hoje, com mais de 5,2 milhões de cidadãos infectados - isso sem levar em consideração a natural subnotificação, principalmente de infecções não letais. Embora a pandemia tenha, aparentemente, passado de sua fase de pico, novas ondas podem surgir, dadas as medidas de relaxamento de restrições e de cuidados antes tomados.

12. Ou seja, a vacinação em massa da população brasileira ainda é essencial para que todos os cidadãos vejam seus mais basilares direitos à saúde e à vida fielmente respeitados, sem recortes indevidos por pura ideologia política vazia. **Ou será que a Constituição chancela a exposição ao risco de 46 milhões de brasileiros segundo um recorte meramente opinativo de *falta de alinhamento político*?** Não há espaço para dissensos destrutivos no meio de uma pandemia tão grave: é hora de coesão de esforços para que consigamos sair o mais rapidamente dessa crise, com o menor número de óbitos e/ou sequelas possível.

13. Depois de tantas ações erráticas dos gestores públicos - ceticidade quanto às medidas de isolamento; recomendação de medicamentos sem comprovação científica; ocultação de dados da pandemia; propagandas em prol do retorno de atividades não essenciais; má vontade para o pagamento do auxílio emergencial, etc. -, principalmente em nível federal, não precisamos criar uma nova guerra ficta, cuja parte perdedora será, inevitavelmente, a população brasileira.

14. É a síntese dos fatos.

II. DA LEGITIMIDADE ATIVA

15. As arguentes são partidos políticos com representação no Congresso Nacional. A composição das bancadas é pública e notória, dispensando a prova. Desse modo, na forma do artigo 2º, I, da Lei 9.882/99, c/c artigo 103, VIII, da Constituição, é parte legítima para propor a presente ação.

16. Ademais, nos termos da jurisprudência do STF, o partido político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade universal para o ajuizamento de ações do controle concentrado de constitucionalidade, não havendo necessidade de se avaliar a pertinência temática:

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - PARTIDO POLÍTICO - PERTINÊNCIA TEMÁTICA - INEXIGIBILIDADE - LEGITIMIDADE ATIVA AMPLA DAS AGREMIações PARTIDÁRIAS NO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO ABSTRATA DE CONSTITUCIONALIDADE - A POSIÇÃO INSTITUCIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO SISTEMA NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO - REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NAS AÇÕES DIRETAS -SERVIDOR PÚBLICO E EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA - INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO CONSTITUCIONAL - LEI ESTADUAL QUE CONTEM MATÉRIA ESTRANHA AQUELA ENUNCIADA EM SUA EMENTA - SUPOSTA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA MORALIDADE - INOCORRÊNCIA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. PARTIDO POLÍTICO E PERTINÊNCIA TEMÁTICA NAS AÇÕES DIRETAS: **Os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional acham-se incluídos, para efeito de ativação da jurisdição constitucional concentrada do Supremo Tribunal Federal, no rol daqueles que possuem legitimação ativa universal, gozando, em consequência, da ampla prerrogativa de impugnam qualquer ato normativo do Poder Público, independentemente de seu conteúdo material. A posição institucional dos Partidos Políticos no sistema consagrado pela Constituição do Brasil confere-lhes o poder-dever de, mediante instauração do controle abstrato de constitucionalidade perante o STF, zelarem tanto pela preservação da supremacia normativa da Carta Política quanto pela defesa da integridade jurídica do ordenamento consubstanciado na Lei Fundamental da República. A essencialidade dos partidos políticos, no Estado de Direito, tanto mais se acentua quando se tem em consideração que representam eles um instrumento decisivo na concretização do princípio democrático e exprimem, na perspectiva do**

contexto histórico que conduziu a sua formação e institucionalização, um dos meios fundamentais no processo de legitimação do poder estatal, na exata medida em que o Povo - fonte de que emana a soberania nacional - tem, nessas agremiações, o veículo necessário ao desempenho das funções de regência política do Estado. O reconhecimento da legitimidade ativa das agremiações partidárias para a instauração do controle normativo abstrato, sem as restrições decorrentes do vínculo de pertinência temática, constitui natural derivação da própria natureza e dos fins institucionais que justificam a existência, em nosso sistema normativo, dos Partidos Políticos. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal erigiu o vínculo de pertinência temática a condição objetiva de requisito qualificador da própria legitimidade ativa ad causam do Autor, somente naquelas hipóteses de ação direta ajuizada por confederações sindicais, por entidades de classe de âmbito nacional, por Mesas das Assembleias Legislativas estaduais ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e, finalmente, por Governadores dos Estados-membros e do Distrito Federal. Precedentes. [...]

(ADI 1096 MC, Relator(a):Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 16/03/1995, DJ 22-09-1995 PP-30589 EMENTA VOL-01801-01 PP-00085)

III. DO CABIMENTO DA ADPF

17. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, prevista no art. 102, § 1º, da Constituição Federal⁸, e regulamentada pela Lei 9.882/99, tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição (art. 1º, *caput*, e § 1º, I).

18. Não há dúvida de que o ato questionado se qualifica como “ato do Poder Público”. Afinal, trata-se de atos do Poder Executivo Federal - Presidência da República e Ministério da Saúde - que prejudicam o acesso da população brasileira à vacinação em massa, pelos mais repugnantes preconceitos de procedência nacional e de divergência ideológica.

19. Embora a Constituição e a Lei 9.882/99 não definam o que se entende por preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal já assentou a “qualidade de preceitos fundamentais da ordem constitucional dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, dentre outros), dos

⁸ § 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.



princípios protegidos por cláusula pétrea (art. 60, § 4º, da CF) e dos ‘princípios sensíveis’ (art. 34, VII)” (ADPF 388, Relator Ministro Gilmar Mendes, DJe 1º.8.2016).

20. No caso concreto, há evidente violação à vida (art. 5º) e à saúde (arts. 6º e 196), preceitos fundamentais da nossa Constituição. Da mesma forma, há violação aos princípios da eficiência e da impessoalidade, ao se podar uma política pública por motivações ideológicas estritamente vazias.

21. Em relação ao requisito da subsidiariedade, defende-se a tese de que a análise deste requisito decorre de enfoque objetivo ou de proteção da ordem constitucional objetiva, nos termos da doutrina especializada:

Em outros termos, o princípio da subsidiariedade - inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão -, contido no §1º do art. 4º da Lei n. 9.882, de 1999, há de ser compreendido no contexto da ordem constitucional global. Nesse sentido, se considera o caráter enfaticamente objetivo do instituto (o que resulta, inclusive, da legitimação ativa), meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. Assim, a Lei 9.882 exige como condição de possibilidade da ADPF, o esgotamento de todos os meios para o saneamento do ato lesivo (§1º do art. 4º). Conforme posição firmada pelo STF na ADPF n. 33, os meios a serem esgotados para que se admita a ADPF são aqueles do controle concentrado. A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva dessa ação .

22. Da mesma forma, diversos precedentes do STF, como:

6. Cabimento de arguição de descumprimento de preceito fundamental para solver controvérsia sobre legitimidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, inclusive anterior à Constituição (norma pré-constitucional). [...] 13. Princípio da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99): inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. 14. A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de

⁹ CANOTILHO, J. J. GOMES; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet e STRECK, Lenio Luiz. Coordenação Científica. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 1499.



preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva desta ação¹⁰

23. Dessa forma, permite-se ao STF a decisão célere sobre questões eminentemente constitucionais, impedindo a extensão dos danos aos preceitos fundamentais, isso, sobretudo, em ações que têm por objetivo resguardar os direitos e garantias constitucionais mais basilares. E nada mais basilar que o direito à vida e à saúde.

IV. DO MÉRITO

IV.1 – VIOLAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS MAIS BÁSICOS DE TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA: VIDA E SAÚDE

24. É dentro desse panorama de violação direta ao texto constitucional que se insere os atos ora impugnados. Por questões inexplicáveis sob o ponto de vista técnico, o Sr. Presidente da República quer privar toda a população de ter acesso pleno, amplo e rápido à vacinação contra a covid-19. E isso justamente no momento em que ainda se registram números diários altíssimos de confirmação de óbitos.

25. A imposição de vontade do Presidente da República sobre decisões que deveriam ser técnicas já são públicas e notórias. Contudo, se todos seguirem à risca a posição do Presidente, verão seus mais basilares direitos à vida e à saúde letalmente violados.

26. E nada sobra do núcleo fundamental - ou do mínimo existencial - desses direitos no caso concreto, o que legitima a atuação jurisdicional para dar força cogente à determinação de que o Poder Executivo Federal simplesmente se utilize de critérios estritamente técnicos para a definição das melhores opções de vacina para os brasileiros.

27. Aliás, a utilização de padrões científicos foi a tônica utilizada quando do recente julgamento da ADI nº 6.421/DF, proposta por essa mesma autora em face de medida provisória que minorava a responsabilidade de agentes públicos durante a pandemia. Naquele

¹⁰ ADPF 33, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 07/12/2005, DJ 27-10-2006 PP-00031 EMENT VOL-02253-01 PP-00001 RTJ VOL-00199-03 PP-00873.

momento, a Corte estabeleceu que **a autoridade a quem compete decidir deve exigir que as opiniões técnicas em que baseará sua decisão tratem expressamente: (i) das normas e critérios científicos e técnicos aplicáveis à matéria, tal como estabelecidos por organizações e entidades internacional e nacionalmente reconhecidas; e (ii) da observância dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, sob pena de se tornarem corresponsáveis por eventuais violações a direitos. E isso sob pena de se configurar erro grosseiro apto a ensejar a responsabilização do agente público tomador de decisão.**

28. Partindo desse paradigma de que não há caminho republicano senão aquele trilhado pela ciência, sabe-se que a Constituição Federal, logo em seu primeiro artigo, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado brasileiro. Para dar densidade a esse postulado de quase todos os Estados modernos - que colocam o humano como centro do ordenamento jurídico -, a Constituição também descreve, no seu extenso rol de direitos fundamentais, o direito à saúde e à vida. Aquele geralmente é associado a uma contraprestação positiva que visa, em última medida, atender a este.

29. Nessa esteira, é de que questionar, de plano: o que sobra do núcleo fundamental do direito social à saúde se o próprio mandatário primeiro do governo federal parece *brincar* com a saúde da população brasileira, ao privar os brasileiros de uma iminente vacinação por critérios meramente ideológicos e metacientíficos? Com a devida vênias, Excelência, parece que nada. Ou seja, o Estado está afastando por completo o direito à saúde da população do Brasil por questões de convicção meramente pessoal e, diga-se, irracional.

30. Estas arguentes não serão coniventes com essas atuações disfuncionais administrativas! Será que o Presidente acha que os brasileiros mais vulneráveis são meios-cidadãos para não serem dignos do respeito à vida e da promoção à sua saúde? Não se pode tolerar que os brasileiros sejam novamente expostos a riscos desmedidos, notadamente quando se trata de tema tão caro à população.

31. Noutro giro, sabe-se que a Constituição Federal dispensou tratamento privilegiado ao direito à saúde. Além de se tratar de verdadeiro direito fundamental social, também se trata de



um dever comum atribuído à União, aos Estados e aos Municípios (art. 23, II; e art. 30, VII), inclusive, quanto àqueles, como competência legislativa concorrente (art. 24, XII).

32. Por sua vez, o art. 196 esclarece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Com a devida vênia, as políticas atualmente empregadas pelo governo federal parecem ir na contramão do mandamento constitucional, pois redundam, em verdade, no agravamento dos riscos de doença pelo coronavírus.

33. Partindo disso, a melhor solução para o problema realmente parece ser que se impeça o Presidente da República de cometer mais este verdadeiro crime contra o Povo Brasileiro!

34. Nesse sentido, é clara a violação ao mais basilar direito difuso de todos: o de simplesmente sobreviver, com proteção à vida e promoção de saúde. Todos os brasileiros têm, sim, o direito de ver sua saúde e sua vida protegidas pelo Poder Público! Partindo disso, é fato que esses atos inconstitucionais devem ser superados por este nobre Juízo, para que a população não sofra com a falta de vacinas, excluídas algumas potenciais boas opções por critérios meramente pessoais e autofágicos. Afinal, quando a ausência de tratamento é deliberadamente imposta pela autoridade máxima do Brasil e ceifa a vida de um único cidadão, não há mais motivos para acreditar no Estado.

IV.2. VIOLAÇÃO AO TRATAMENTO NÃO DISCRIMINATÓRIO

35. A Constituição de 1988 é clara ao prezar pela igualdade entre todos, repetindo tais preceitos diversas vezes em seu texto. Em seu artigo 1º traz como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana (III) e o pluralismo político (V). Já no artigo 3º, traz como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária (I) e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (IV).

36. No mesmo sentido, em seu artigo 5º afirma a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos (II), da igualdade entre os Estados (V), do repúdio ao terrorismo e ao racismo (VIII) e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Por fim, o artigo 5º, XLII, estabelece que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

37. Apesar disso, têm sido frequentes no Governo do Presidente Jair Bolsonaro ataques diretos ou velados a outros países, principalmente à China, nosso maior parceiro comercial. Tomaram uma notável proporção, chegando a abalar a relação diplomática entre Brasil e China, atos claramente discriminatórios do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e do filho do Presidente, Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. o Segundo, inclusive, é formalmente investigado em processo pelo crime de racismo contra o povo chinês.

38. Assim, o ato aqui questionado do Presidente da República é mais um neste contexto conflituoso no qual o Brasil foi posto, que foge de sua tradição centenária em suas relações exteriores, adotando postura subserviente a um Governo Estrangeiro e acolhendo “inimigos” deste como seus.

39. Independente de tal ato ser reflexo de preconceitos próprios ou de mera carona em discursos políticos de divisão da sociedade, resta configurado, de forma inevitável, mais um ato discriminatório contra o povo chinês, que deve ser reprimido, sob pena de agravamento da situação geopolítica do país, principalmente em vista da eleição para Presidente dos Estados Unidos da América, que poderá redefinir os rumos da relação entre este país e o Brasil.

40. Além do tratamento claramente discriminatório, insta descreve a violação direta a alguns princípios constitucionais expressos.

IV.3. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA

41. A Constituição de 1988 traz em seu artigo 37, *caput*, os princípios que a administração pública deve observar em sua atuação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No presente caso, ao privar a população brasileira de uma chance de se vencer a covid-19, o Presidente da República claramente viola três desses princípios.

42. O princípio da impessoalidade impede que a atuação da administração pública seja pautada por preferências particulares, com um fim de beneficiar ou prejudicar, devendo as autoridades com poder decisório se basear estritamente na imparcialidade e no interesse público.

43. O princípio da moralidade impõe aos agentes públicos o dever de agir conforme preceitos éticos, de boa-fé, decoro, lealdade, honestidade e probidade, já que tal violação implicará em uma transgressão do próprio Direito.

44. O princípio da eficiência determina que o administrador público opte pelas decisões que resultem em maior benefício para a sociedade, não sendo suficiente, por exemplo, adotar medidas eficazes, porém não eficientes.

45. Ao se impedir a possibilidade de aquisição de vacinas chinesas com fundamento em critérios discriminatórios, fica evidente que o Presidente da República viola os princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, pois coloca seus preceitos pessoais - racismo ou interesse político - acima do interesse público. A exclusão impede o Estado de proteger de forma eficiente sua população, violando, inevitavelmente, a moral que deve acompanhar todos os atos públicos.

46. Em um Estado Democrático de Direito, toda e qualquer atividade da Administração deve se submeter ao processo amplo de justificação e fundamentação perante a sociedade. Trata-se de necessidade que deriva da própria noção de República, Democracia e Governo Representativo, pois os representantes do Povo devem ser responsabilizados pelas suas

escolhas, não sendo este imperativo possível sem o amplo acesso às razões para as escolhas de políticas públicas.

47. O controle social - um primado basilar do moderno conceito de accountability da coisa pública -, portanto, é imprescindível para a fiscalização dos objetivos fundamentais da República, sem os quais impera a mera vontade do governante de plantão: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

48. Não é possível, nem mesmo ao Presidente da República, agir como bem quer. Sua atuação administrativa deve se pautar nas regras e princípios constitucionais e legais, devendo ser transparente e pautada em razões técnicas, sendo incabível que atue de forma diversa.

49. Especificamente quanto ao desvio de poder, Celso Antônio Bandeira de Mello salienta que tanto podem ser examinados judicialmente os motivos da prática do ato impugnado, como sua finalidade, a fim de controlar a atuação administrativa. Utilizando-se de julgado proferido por Seabra Fagundes, o autor conceitua “desvio de poder” como “o manejo de uma competência em descompasso com a finalidade em vista da qual foi instituída”¹¹.

50. A propósito, parece especialmente ilustrativa a lição de Manuel Atienza e Juan Ruiz Manero, na obra “Ilícitos Atípicos”. Dizem os autores, a propósito dessa categoria: “Os ilícitos atípicos são ações que, prima facie, estão permitidas por uma regra, mas que, uma vez consideradas todas as circunstâncias, devem considerar-se proibidas”. (ATIENZA, Manuel; MANERO, Juan Rui. *Ilícitos Atípicos*. 2ª ed. Madrid: Editorial Trotta, 2006, p. 12).

51. E por que devem ser consideradas proibidas? Porque, a despeito de sua aparência de legalidade, porque, a despeito de estarem, à primeira vista, em conformidade com uma regra, destoam da razão que a justifica, escapam ao princípio e ao interesse que lhe é subjacente.

¹¹ Curso de Direito Administrativo - 32a edição. São Paulo, Editora Malheiros, 2015, p. 1007.

Trata-se simplesmente de garantir coerência valorativa ou justificativa ao sistema jurídico e de apartar, com clareza, discricionariedade de arbitrariedade.

52. O mesmo raciocínio abarca os três institutos bem conhecidos da nossa doutrina: abuso de direito, fraude à lei e desvio de finalidade/poder. Todos são ilícitos atípicos e têm em comum os seguintes elementos: 1) a existência de ação que, prima facie, estaria em conformidade com uma regra jurídica; 2) a produção de um resultado danoso como consequência, intencional ou não, da ação; 3) o caráter injustificado do resultado danoso, à luz dos princípios jurídicos aplicáveis ao caso e 4) o estabelecimento de uma segunda regra que limita o alcance da primeira para qualificar como proibidos os comportamentos que antes se apresentavam travestidos de legalidade.

53. Especificamente nos casos de desvio de finalidade, o que se tem é a adoção de uma conduta que aparenta estar em conformidade com uma certa regra que confere poder à autoridade (regra de competência), mas que, ao fim, conduz a resultados absolutamente incompatíveis com o escopo constitucional desse mandamento e, por isso, é tida como ilícita.

54. Nos termos da própria jurisprudência do Eg. STF, o desvio de finalidade tem como referência conceitual a ideia de deturpação do dever-poder atribuído a determinado agente público que, embora atue aparentemente dentro dos limites de sua atribuição institucional, mobiliza a sua atuação à finalidade não imposta, ou não desejada pela ordem jurídica, ou pelo interesse público.

55. Nas brilhantes palavras de Hely Lopes Meirelles:

O desvio de finalidade ou de poder é, assim, a violação ideológica da lei, ou, por outras palavras, a violação moral da lei, colimando o administrador público fins não queridos pelo legislador, ou utilizando motivos e meios imorais para a prática de um ato administrativo aparentemente legal. Tais desvios ocorrem, p. ex., quando a autoridade pública decreta uma desapropriação alegando utilidade pública mas visando, na realidade, a satisfazer interesse pessoal próprio ou favorecer algum particular com a subsequente transferência do bem expropriado; ou quando outorga uma permissão sem interesse coletivo; quando classifica um concorrente por favoritismo, sem atender aos fins objetivados pela licitação; ou, ainda, quando adquire tipo de veículo com características incompatíveis com a natureza do



serviço a que se destinava.

56. Por sua vez, Odete Medauar conceitua desvio de finalidade, chamando-o também de defeito de fim e desvio de poder, da seguinte forma: “O defeito de fim, denominado desvio de poder ou desvio de finalidade, verifica-se quando o agente pratica ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência”.

57. Dessa forma, vê-se que a legalidade do ato administrativo não é composta exclusivamente de fatores externos ao ato relacionados com a competência, a forma ou o objeto. A legalidade se interioriza nos motivos e, sobretudo, nos fins prescritos à autoridade administrativa. O requisito da finalidade é a disciplina principal do ato em relação ao interesse público. A Administração não pode agir, imprecisamente, segundo a veleidade ou o capricho do agente público. A Administração deve sempre visar a um objetivo prefixado na sua competência própria.

58. A finalidade vincula permanentemente a conduta administrativa e se a lei permite discricionariedade no tocante à escolha dos motivos ou à determinação do objeto, o mesmo não ocorre em relação ao fim, pois a atribuição de um órgão administrativo pressupõe uma destinação explícita ou implícita na regra de competência.

59. A imposição legal de um fim previamente consagrado representa um limite ao poder discricionário, à capacidade de opção do administrador. A inobservância da finalidade pressuposta do ato vicia-o irremediavelmente, eliminando qualquer efeito jurídico, exceto, subsidiariamente, o de responsabilizar o Estado e o Servidor. Desta forma, não é possível ilidir o fim legal do ato substituindo-o por outro fim público ou privado. Não é a qualidade do fim, mas a sua natureza legal que legitima a prática administrativa.

60. Ora, se a finalidade constitucional do Estado é garantir mecanismos para a promoção da saúde de todos os seus cidadãos, como pode esse mesmo Poder Público, aparentemente, *jogar no time oposto*? Se o Sr. Presidente quer diretamente impedir que os brasileiros tenham acesso a uma vacina potencialmente segura e eficaz, por critérios puramente ideológicos e não

científicos, claro está que não vem bem cumprindo seu papel de tutelar o interesse público, mas meramente seus anseios mais patrimonialistas, egoístas e mesquinhos.

61. Em uma leitura mais restritiva, admite-se a conjugação da finalidade legal da competência com outro qualquer fim, de ordem pública ou privada. Isso não invalida o ato. Assim, além de atender à finalidade legal, a autoridade administrativa pode atender com o mesmo ato a quaisquer outros fins públicos ou privados. Não basta, portanto, provar a existência de uma finalidade alheia à previsão da lei: é necessário expor, meridianamente, a ausência do interesse público específico em virtude do qual foi conferida à autoridade administrativa a finalidade discricionária.

62. Nota-se, portanto, que a prova da existência de uma finalidade alheia à previsão da lei, por si, não é fundamento para invalidar-se o ato administrativo por desvio de finalidade, mas, pelo contrário, exige-se a demonstração de ausência total do interesse público específico em virtude do qual foi conferida à autoridade administrativa a competência discricionária.

63. Aplicando essas noções ao caso em tela, tem-se que o Presidente da República praticou e praticará conduta que, *a priori*, estaria em conformidade com a atribuição que lhe conferem a lei e a Constituição - escolher quais protocolos de intenção de aquisição assinar. Mas, ao fazê-lo, produziu resultado concreto de todo incompatível com a ordem constitucional em vigor: tenta privar os brasileiros do acesso a potenciais bons tratamentos da doença, tão somente por critérios de disputas políticas indesejáveis. “Não comprarei porque é uma vacina comunista” e “não comprarei porque vai trazer o vírus do comunismo ao Brasil” certamente não são pensamentos compatíveis com um estadista republicano.

64. Não importam os motivos subjetivos de quem pratica o ato ilícito. O vício, o ilícito, tem natureza objetiva. A bem dizer, a comprovação dos motivos subjetivos que impeliram a mandatária à prática, no caso em tela, configura elemento a mais a indicar a presença do vício em questão, isto é, do desvio de finalidade. O que se tem, em verdade, é que os dados objetivos coletados em entrevistas e postagens do próprio Presidente revelam claramente o intuito do Presidente de fraudar a Constituição, infelizmente.

65. **É nessa paisagem de massivo desrespeito ao texto constitucional que se insere a presente ação, que tão somente intenta que o Governo Federal não abandone critérios científicos para a tomada de decisões que impactarão na vida de dezenas de milhões de brasileiros.**

V. DA MEDIDA LIMINAR

66. Para além de todos os fundamentos já aqui delineados, também é sucintamente preciso demonstrar que estão presentes os pressupostos para a concessão da medida liminar ora postulada, nos termos do art. 5º, da Lei 9.882/99.

67. Por um lado, o *fumus boni juris* está amplamente configurado, diante de todas as razões acima expostas, as quais evidenciam que o Poder Executivo Federal tem adotado comportamentos sem respaldo técnico e científico para o controle da pandemia no Brasil. Ao se negar a intenção de compra de uma vacina potencialmente muito boa - a mais segura dentre todas em testes, segundo o Diretor do Instituto Butantan -, o Poder Executivo descola-se da boa administração pública e caminha a largos passos para uma autocracia patrimonialista, com violação massiva de diversos preceitos fundamentais da Constituição, sobretudo a proteção à vida (art. 5º) e à saúde (arts. 6º e 196), bem como aos princípios mais básicos que regem a atuação da Administração Pública (art. 37), em especial o dever de transparência e a supremacia do interesse público, em atuação com claro desvio de finalidade.

68. O *periculum in mora*, por seu turno, consubstancia-se nos efeitos imediatos dos atos do Poder Executivo Federal, que acaba por atingir gravemente os principais direitos do Povo: vida e saúde. Ora, sem a assinatura do protocolo de intenções de aquisição das doses de vacina, certamente o Brasil estará em algum dos últimos lugares da fila internacional à espera da vacinação em massa. Esse comportamento do Sr. Presidente pode custar a vida de milhares de brasileiros e a intranquilidade - por medo constante de exposição ao vírus - de outros tantos cidadãos nacionais.

69. É preciso, então, agir com rapidez, para impedir esse dano direto e imediato ao Povo, bem como que se dê continuidade à tamanha afronta à Constituição e ao ordenamento jurídico

brasileiro. E, no caso, não se trata de mera afronta a normas despiciendas: a denotação prática aqui é notória, pois, se nada for feito, certamente continuaremos nessa onda de, infelizmente, não tratar a doença com a atenção e o cuidado que merece seremos relegados à escória mundial em termos de acesso às sonhadas vacinas.

70. Nesse cenário de extrema urgência e perigo de gravíssima lesão, a Arguente postula a concessão da medida liminar pelo Relator, *ad referendum* do Tribunal Pleno, como faculta o art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/99, para que se determine uma atuação coesa por parte do Governo Federal. Ora, se a vacina chinesa for aprovada nos testes internacionais e nacionais de segurança e eficácia, não há razões, dentro da dinâmica constitucional, para que o Brasil não a utilize na imunização massiva da população.

71. Nessa evidente omissão do Executivo, cabe, assim, ao Poder Judiciário, em especial ao STF, a proteção dos direitos mais básicos do Povo Brasileiro.

VI. DOS PEDIDOS

72. Diante do exposto, requer:

- A. O deferimento da medida liminar ora requerida, já que presentes os requisitos previstos no artigo 5º, § 1º, da Lei 9.882/99, para determinar:
 - a. que o Governo Federal assine, caso ainda não tenha feito, o protocolo de intenções de adquirir as 46 milhões de doses inicialmente previstas da vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac Biotech;
 - b. que o Governo Federal apresente, em 48 horas, planos de aquisição de vacinas que contemplem todas as alternativas viáveis, com as devidas justificativas para que uma opção seja mais ou menos viável do que a outra, sem objeções infundadas de procedência nacional, e com base em critérios científicos de segurança, de perspectiva de disponibilidade e eficácia das vacinas;



- c. que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) analise os registros de vacinas internacionais porventura solicitados em caráter de urgência, em até 20 dias contados do recebimento da documentação, justificando suas conclusões com base em critérios unicamente científicos, em cumprimento à recente Nota Técnica nº 78/2020/SEI/GPBIO/GGMED/DIRE2/ANVISA;
 - d. que, após a aprovação da Anvisa, o Governo Federal providencie com urgência a contratação de vacinas registradas, nos limites das disponibilidades orçamentárias, inclusive via crédito extraordinário ou via “orçamento de guerra”, pautando-se por critérios exclusivamente técnicos de segurança e eficácia, rechaçando escolhas políticas ou personalistas do objeto.
- B. O julgamento pela procedência desta Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, confirmando-se todos os pedidos liminares.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 21 de outubro de 2020.

CÁSSIO DOS SANTOS ARAUJO

OAB/DF nº 54.492

SUMÁRIO DE DOCUMENTOS

DOC 1 - Certidão da Comissão Executiva da Rede;

DOC 2 - Instrumento de mandato da Rede.